



TRT-15

TRT 15 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA
15ª REGIÃO

GABARITANDO 450 Questões Gabaritadas

Técnico Judiciário – Área
Administrativa

EDITAL Nº 1, DE 4 DE DEZEM-
BRO DE 2031

CÓD: OP-088DZ-24
7908403566433

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Raciocínio Lógico-Matemático	31
3. Noções Sobre Direitos Das Pessoas Com Deficiência (Resolução Csjt Nº 386/2024 - Art. 6º)	41
4. Noções de Informática	49
5. Noções De Direito Constitucional	57
6. Noções De Direito Administrativo	67
7. Noções De Administração Pública	75
8. Noções De Gestão De Pessoas	83
9. Noções De Direito Do Trabalho	91
10. Noções De Direito Processual Do Trabalho	101

LÍNGUA PORTUGUESA

1. FCC - 2022

Atenção: Considere o trecho do poema abaixo para responder às questões.

*Esta velha angústia,
Esta angústia que trago há séculos em mim, Transbordou da
vasilha,
Em lágrimas, em grandes imaginações,
Em sonhos em estilo de pesadelo sem terror,
Em grandes emoções súbitas sem sentido nenhum.*

*Transbordou.
Mal sei como conduzir-me na vida
Com este mal-estar a fazer-me pregar na alma!
Se ao menos endoidecesse deveras!
Mas não: é este estar-entre, Este quase,
Este poder ser que...,
Isto.*

Um internado num manicômio é, ao menos, alguém.
*Eu sou um internado num manicômio sem manicômio. Estou
doido a frio,
Estou lúcido e louco,
Estou alheio a tudo e igual a todos:
Estou dormindo desperto com sonhos que são loucura
Porque não são sonhos.
Estou assim...*

(Fernando Pessoa. **Obra poética**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1997)

As palavras podem mudar de classe gramatical sem sofrer modificação na forma. A este processo de enriquecimento vocabular pela mudança de classe das palavras dá-se o nome de “derivação imprópria”.

(Adaptado de CUNHA, Celso. *Gramática essencial*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013)

Constitui exemplo de derivação imprópria o vocábulo sublinhado em:

- (A) Esta **velha** angústia,
- (B) Este **quase**,
- (C) Transbordou da **vasilha**,
- (D) Porque não **são** sonhos.
- (E) Estou **assim**...

2. FCC - 2022

Atenção: Considere o texto a seguir para responder à questão.

A independência política em 1822 não trouxe muitas novidades^d em termos institucionais, mas consolidou um objetivo claro, qual seja: estruturar e justificar uma nova nação.

A tarefa não era pequena e quem a assumiu foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que, aberto em 1838, no Rio de Janeiro, logo deixaria claras suas principais metas: construir uma história que elevasse o passado e que fosse patriótica nas suas proposições, trabalhos e argumentos.

Para referendar a coerência da filosofia que inaugurou o IHGB, basta prestar atenção no primeiro concurso público por lá organizado. Em 1844, abriam-se as portas para os candidatos que se dispusessem a discorrer sobre uma questão espinhosa: “Como se deve escrever a história do Brasil”. Tratava-se de inventar uma nova história do e para o Brasil. Foi dado, então, um pontapé inicial, e fundamental, para a disciplina que chamaríamos, anos mais tarde, e com grande naturalidade^e, de “História do Brasil”.

A singularidade da competição também ficou associada a seu resultado e à divulgação do nome do vencedor. O primeiro lugar, nessa disputa histórica, foi para um estrangeiro – o conhecido naturalista bávaro Karl von Martius (1794-1868), cientista de ilibada importância, embora novato no que dizia respeito à história em geral e àquela do Brasil em particular –, o qual advogou a tese de que o país se definia por sua mistura, sem igual, de gentes e povos. Utilizando a metáfora de um caudaloso rio, correspondente à herança portuguesa que acabaria por “limpar” e “absorver os pequenos afluentes das raças índia e etiópica”, representava o país a partir da singularidade e dimensão da mestiçagem de povos por aqui existentes.

A essa altura, porém, e depois de tantos séculos de vigência de um sistema violento como o escravocrata, era no mínimo complicado simplesmente exaltar a harmonia. Além do mais, indígenas continuavam sendo dizimados no litoral e no interior do país.

Martius, que em 1832 havia publicado um ensaio chamado “O estado do direito entre os autóctones no Brasil”, condenando os indígenas ao desaparecimento, agora optava por definir o país por meio da redentora metáfora fluvial. Três longos rios resumiriam a nação^b: um grande e caudaloso, formado pelas populações brancas; outro um pouco menor, nutrido pelos indígenas; e ainda outro, mais diminuto, alimentado pelos negros.

Ali estavam, pois, os três povos formadores do Brasil; todos juntos, mas (também) diferentes e separados. Mistura não era (e nunca foi) sinônimo de igualdade. Essa era uma ótima maneira de “inventar” uma história não só particular (uma monarquia tropical e mestiçada) como também muito otimista: a água que corria representava o futuro desse país constituído por um grande rio caudaloso no qual desaguiavam os demais pequenos afluentes.

É possível dizer que começava a ganhar força então a ladainha das três raças formadoras da nação, que continuaria encontrando ampla ressonância no Brasil, pelo tempo afora.

(Adaptado de: SCHWARCZ, Lília Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019)

O verbo sublinhado no segmento *Mistura não era* (e nunca foi) sinônimo de *igualdade* está flexionado nos mesmos tempo e modo que o sublinhado em:

- (A) a disciplina que **chamaríamos**, anos mais tarde, e com grande naturalidade
- (B) Três longos rios **resumiriam** a nação
- (C) O primeiro lugar, nessa disputa histórica, **foi** para um estrangeiro
- (D) A independência política em 1822 **troux**e muitas novidades
- (E) a água que **corria** representava o futuro desse país

3. FCC - 2022

Para responder a questão, baseie-se no texto abaixo.

Retrato de um amigo

A cidade que era amada por nosso amigo continua a mesma: há algumas mudanças, mas coisa pouca. Nossa cidade se parece – só agora nos damos conta disso – com o amigo que perdemos e que a amava; ela é, assim como ele era, intratável em sua operosidade febril e obstinada; e é ao mesmo tempo desinteressada e disposta ao ócio e ao sonho.

Na cidade que se parece com ele, sentimos nosso amigo reviver por todos os lados: em cada esquina e em cada canto achamos que de repente passa aparecer sua alta figura de capote escuro cintado, o rosto escondido na gola, o chapéu enterrado nos olhos. O amigo media a cidade com seu longo passo, obstinado e solitário. Ele entocava nos cafés mais apertados e fumarentos, enchia folhas e folhas com sua caligrafia larga e rápida, e celebrava a cidade em seus versos.

Seus versos ressoam em nossos ouvidos quando retornamos à cidade ou quando pensamos nela. Nosso amigo vivia na cidade como um adolescente e até o final viveu assim. Seus dias eram longuíssimos como os dos adolescentes, e cheios de tempo; sabia achar espaço para estudar e escrever, para ganhar a vida e vadiar; e nós, que resfolegávamos divididos entre preguiça e produtividade, perdíamos horas na incerteza de decidirmos se éramos preguiçosos ou produtivos. Mesmo sua tristeza nos parecia meio juvenil, como a melancolia voluptuosa e distraída do rapaz que ainda não tocou a terra e se move no mundo árido e solitário dos sonhos.

(Adaptado de GINZBURG, Natalia. *As pequenas virtudes*. Trad. Maurício Santana Dias. São Paulo: Cosac Naify, 2015, p. 24-26)

Todas as formas verbais estão corretamente flexionadas na frase:

- (A) Se não reavêssemos as imagens daquela cidade, não recuperaríamos os traços do amigo.
- (B) Se nós nos dispôssemos a mais investigar a cidade, daríamos-nos com ele?
- (C) Muitos de nós não conteram a emoção quando o encontraram colado à cidade.

(D) As imagens tocantes da cidade requereram terno acolhimento da memória do amigo.

(E) Seria preciso que retêssemos mais aspectos da cidade para conformar sua figura.

4. FCC - 2022

Para responder à questão, baseie-se no texto abaixo.

Instintos e (des)civilização

Quão robusta é a ordem civilizatória ocidental? A julgar pelo século XX e mesmo sem levar em conta as duas guerras mundiais, talvez menos do que pareça. O padrão é conhecido: situações de conflito armado, morticínios, cataclismos naturais, migrações dramáticas, colapsos econômicos agudos. São fatos que revelam a fragilidade da fina superfície de civilidade e decoro sobre a qual assenta a nossa civilização.

Sob o impacto do abalo provocado por desastres como esses, o comportamento das pessoas sofre uma drástica mutação: enquanto alguns, em geral poucos, agem de forma solidária e até mesmo heroica, a maior parte da população atingida regride a um estado de violência e selvageria no qual a lógica do “salve-se quem puder” deságua na rápida escalada dos furtos, assaltos, saques, crimes e vandalismo. Quase que num piscar de olhos, o cordato cidadão civilizado se transforma em besta feroz capaz das piores atrocidades.

Como entender esse perturbador fenômeno? A interpretação usual propõe um modelo conhecido: o ser humano no fundo é um animal selvagem e terrível. Remova os sustentáculos elementares da ordem civilizada; dispa a camisa de força social; suspenda, ainda que brevemente, a vigilância e a ameaça de punição aos infratores do código legal, e, em pouco tempo, retrocedemos ao “estado natural” e à “guerra de todos contra todos”. Os episódios de regressão à barbárie seriam, em suma, o psiquismo arcaico do animal humano posto a nu. É essa uma tese tão aceita quanto controversa: o que vem à tona não é mais o homem natural e primitivo; trata-se agora do “descivilizado”, livre das amarras civilizatórias e preso a um novo psiquismo violento. A “natureza” que já fora expelida traz agora, em seu retorno, as marcas e as feridas de sua violenta expulsão.

(Adaptado de: GIANNETTI, Eduardo. *Trópicos utópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 125-126)

Todos os verbos estão adequadamente flexionados na frase:

- (A) Se ele se retratar e conter seus instintos, volto a considerá-lo um rapaz civilizado.
- (B) Eles passaram a nos respeitar desde que dispôramos de meios para confrontá-los.
- (C) Se elas se proporem a pagar por suas violências, ouviremo-las com atenção.
- (D) Eles não quererão reincidir em brutalidades depois que reavermos nosso poder de direito.
- (E) Ainda que revíssemos nosso projeto civilizatório, eles não suportam ter que rever o deles.

5. FCC - 2023

Leia o trecho do conto “Caso da vara”, de Machado de Assis, para responder a questão.

Damião fugiu do seminário às onze horas da manhã de uma sexta-feira de agosto. Não sei bem o ano, foi antes de 1850. Passados alguns minutos parou vexado; não contava com o efeito

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

1. FCC - 2023

Sabendo-se que o desvio padrão de X é 9, a variância de $3X + 12$ é:

- (A) 729
- (B) 81
- (C) 39
- (D) 873
- (E) 741

2. FCC - 2022

Uma população P_1 é formada pelos 100 salários dos empregados em uma empresa que apresenta uma média igual a 5 salários mínimos (SM) com um coeficiente de variação igual a 20%. Decide-se retirar de P_1 uma quantidade de n salários iguais, cada um, a 5 salários mínimos formando uma nova população P_2 com os $(100 - n)$ elementos restantes.

Se a variância de P_2 é igual a $1,25 (SM)^2$, então, n é igual a

- (A) 10
- (B) 15
- (C) 20
- (D) 12
- (E) 18

3. FCC - 2022

Dois populações são formadas pelos salários dos empregados, em salários mínimos (SM), das empresas X e Y. O quadro abaixo fornece algumas informações obtidas em um censo realizado em cada uma das empresas.

Empresas	Soma dos quadrados dos salários em $(SM)^2$	Número de empregados	Coefficiente de variação (%)
X	2.725	100	30
Y	4.680	125	20

O módulo da diferença entre o salário médio de X e o salário médio de Y é, em SM, igual a

- (A) 1,0
- (B) 1,2
- (C) 0,8
- (D) 1,5
- (E) 1,8

4. FCC - 2022

Um grupo de 188 alpinistas conversa no topo do Morro de São Jerônimo. Desses montanhistas, 37 já escalaram o Pico da Neblina e 99 já escalaram o Pico da Bandeira. Se para 54 pessoas desse grupo é a primeira escalada que fazem, o número desses alpinistas que já escalaram o Morro de São Jerônimo, o Pico da Neblina e o Pico da Bandeira é

- (A) 2
- (B) 5

- (C) 4
- (D) 3
- (E) 6

5. FCC - 2022

Uma pesquisa sobre a inclusão de arroz e feijão no cardápio do jantar foi realizada com a participação de 40 funcionários. Dentre os que se manifestaram, a inclusão de arroz no cardápio foi aprovada por 23 funcionários e a opção de feijão no cardápio aprovada por 12 funcionários. O número de funcionários que não se manifestaram é o dobro do número de funcionários que aprova a inclusão de arroz e feijão no cardápio do jantar. O número de funcionários que provam a inclusão de somente arroz ou somente feijão no cardápio é:

- (A) 15
- (B) 18
- (C) 8
- (D) 20
- (E) 25

6. FCC - 2023

João e um grupo de 5 amigos foram jantar e a conta, dividida igualmente por todos, saiu a R\$ 85,00 por pessoa. João decidiu fazer uma gentileza e pagar sozinho o vinho; o restante do valor é novamente dividido igualmente por todos. Se o valor pago por João foi R\$ 210,00, então cada um dos 5 amigos de João pagou, em reais, o equivalente a

- (A) 65,00
- (B) 60,00
- (C) 70,00
- (D) 75,00
- (E) 55,00

7. FCC - 2022

Em uma prova com 20 questões de múltipla escolha, uma questão certa vale 7 pontos, uma questão errada vale -2 pontos e uma questão em branco vale 0 ponto. Clara fez 87 pontos nessa prova. O número de questões que Clara deixou em branco é:

- (A) 3
- (B) 4
- (C) 7
- (D) 6
- (E) 5

8. FCC - 2022

Uma costureira realiza compras em uma loja que vende tecido, por metro, em rolos de mesma largura. Ela costuma comprar, por mês, 12 rolos de tecido com 30 metros de comprimento cada um. No último mês, ela comprou a mesma quantidade de tecido em rolos de 18 metros de comprimento cada um. O número de rolos comprados pela costureira no último mês foi de

- (A) 18.
- (B) 14.
- (C) 15.
- (D) 20.
- (E) 24.

9. FCC - 2022

O técnico deverá escolher 11 dentre 14 jogadoras para iniciar uma partida de futebol feminino. No vestiário há apenas meninas com 18, 19, 20, 21 e 22 anos. O número de meninas com 18 e com 20 anos é o mesmo e o número daquelas que têm 19 anos é 3 vezes o número das com 18 anos. Existem 3 meninas de 21 anos e só uma delas irá jogar. Uma das que tem 18 anos está machucada e não vai jogar e a única jogadora que tem 22 anos também é a única goleira.

A soma das idades das 11 jogadoras que entrarão em campo é

- (A) 215.
- (B) 218.
- (C) 217.
- (D) 216.
- (E) 219.

10. FCC - 2022

Atenção: A questão refere-se a Raciocínio Lógico-Matemático.

No comitê eleitoral de uma candidata a senadora, foi colocada uma tela em que são reproduzidas, de maneira contínua e sempre na mesma ordem, cinco produções feitas para divulgar a sua campanha. Uma vez iniciada a reprodução, as pessoas podem acompanhar:

1°) um vídeo biográfico da candidata, com as principais realizações de sua trajetória política, com 4 minutos de duração;

2°) um compacto com os melhores momentos da candidata durante sua participação em um debate, com 3 minutos de duração;

3°) uma entrevista concedida pela candidata a um canal de televisão local, com 5 minutos de duração;

4°) um resumo do seu plano de atuação no Senado caso seja eleita, com 4 minutos de duração;

5°) um clipe com a música da campanha da candidata, com 2 minutos de duração.

Ao terminar uma série com as cinco produções, imediatamente inicia-se outra. Após 697 minutos de reprodução, sem qualquer interrupção, a tela estará exibindo

- (A) o vídeo biográfico da candidata.
- (B) o compacto com os melhores momentos do debate.
- (C) a entrevista concedida pela candidata.
- (D) o resumo do seu plano de atuação no Senado.
- (E) o clipe com a música da campanha da candidata.

11. FCC - 2022

Marta e Nilson brincam da seguinte maneira. Marta sempre começa e escolhe um número inteiro maior ou igual a 1 e menor do que 10000. Em seguida, Nilson multiplica esse número por 4, 7 ou 9. Depois, Marta multiplica o produto obtido por Nilson por 4, 7 ou 9 e, assim, sucessivamente, cada um, na sua vez, multiplica o produto obtido na multiplicação anterior por 4, 7 ou 9. Ganha o jogo quem obtém um produto maior do que 10000. Existem vários números que Marta pode escolher para começar o jogo e garantir que ganhará. Entre esses números estão

- (A) 4, 7 e 9.
- (B) 6, 8 e 32.
- (C) 8, 29 e 278.
- (D) 12, 33 e 333.
- (E) 19, 81 e 350.

12. FCC - 2022

Os números 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 devem ser divididos em dois grupos de forma que a soma dos números de cada grupo seja a mesma. O número de maneiras distintas para fazer isso é

- (A) 4.
- (B) 5.
- (C) 3.
- (D) 6.
- (E) 2.

13. FCC - 2020

Uma lanchonete vende suco de uva e suco de laranja. O suco é servido em copos de dois tamanhos: pequeno ou grande. Foram vendidos 152 copos de suco, dos quais 56 eram grandes e 68 eram de suco de uva. Sabendo que 55 copos pequenos de suco de laranja foram vendidos, o número de copos grandes de suco de uva vendidos foi de

- (A) 27
- (B) 41
- (C) 33
- (D) 24
- (E) 29

14. FCC - 2023

Um número que é divisível por 12 foi escrito na lousa e o último algarismo foi apagado. Se na lousa restou escrito 28303, o algarismo apagado foi

- (A) 4
- (B) 3
- (C) 0
- (D) 6
- (E) 2

15. FCC - 2022

Maria quer cortar uma corda em 6 pedaços de mesmo tamanho e marca os pontos onde deverá efetuar os cortes. José quer cortar a mesma corda em 8 pedaços de mesmo tamanho e também marca os pontos onde a corda deve ser cortada. Carlos corta a corda em todos os pontos marcados por Maria e José. O número de pedaços de corda resultante é:

- (A) 11
- (B) 13
- (C) 10

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (RESOLUÇÃO CSJT Nº 386/2024 - ART. 6º)

1. FCC - 2024

A Lei nº 7.853/1989 dispõe, dentre outras, sobre medidas judiciais destinadas à proteção de Interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência. Nos termos da referida Lei, a sentença proferida

- (A) contra o autor da ação poderá ser objeto de recurso por qualquer legitimado ativo, inclusive o Ministério Público.
- (B) de improcedência da ação produzirá efeitos imediatos, independentemente de sua reapreciação em sede de duplo grau de jurisdição.
- (C) terá sempre eficácia inter partes, independentemente do seu desfecho, isto é, se procedente ou improcedente a ação.
- (D) terá eficácia de coisa julgada oponível erga omnes, exceto no caso de haver sido a ação julgada Improcedente por deficiência de prova, hipótese em que apenas o Ministério Público poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.
- (E) que concluir pela carência da ação não estará sujeita ao duplo grau de jurisdição, pois apenas a sentença de improcedência sujeita-se a esta sistemática.

2. FCC - 2024

Em uma situação hipotética, Zeus é médico de um renomado hospital público na cidade de São Paulo. No entanto, Zeus, injustificadamente, recusou-se a prestar assistência médico-hospitalar a Atena, pessoa com deficiência. De acordo com o que preceitua a Lei nº 7.853/1989, a conduta de Zeus

- (A) constitui crime punível com reclusão de 2 a 5 anos e multa, não prevendo a lei qualquer agravamento da penalidade, ainda que a conduta tenha sido praticada em atendimento de urgência e emergência.
- (B) constitui crime punível com reclusão de 1 a 4 anos e multa, sendo tal pena agravada em 1/2, se o crime tiver sido praticado em atendimento de urgência e emergência.
- (C) constitui crime punível com detenção de 1 a 4 anos e multa, sendo tal pena agravada em 1/3, se o crime tiver sido praticado em atendimento de urgência e emergência.
- (D) não constitui crime, mas será passível de punição tanto na esfera administrativa quanto na cível.
- (E) constitui crime punível com reclusão de 2 a 5 anos e multa, sendo tal pena agravada em 1/3, se o crime tiver sido praticado em atendimento de urgência e emergência.

3. FCC - 2022

Em relação à capacidade civil, considerando os termos expressos da legislação vigente sobre o tema,

- (A) havendo laudo médico que ateste a incapacidade da pessoa com deficiência reger-se para os atos da vida civil e formular seus juízos de forma autônoma, deverá ser designado a ela um tutor, que a representará em todos os assuntos que a afetem.

(B) a pessoa com deficiência intelectual sem discernimento para a prática dos atos da vida civil deixou, a partir da Lei Brasileira de Inclusão, a condição de absolutamente incapaz, passando à categoria de relativamente incapaz.

(C) a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para fins de casamento, união estável, planejamento familiar e guarda dos filhos.

(D) em nenhuma hipótese a pessoa com deficiência será submetida à curatela, cabendo, em relação aos assuntos de natureza patrimonial e negocial, a tomada de decisão apoiada.

(E) a pessoa com deficiência, a partir da Lei Brasileira de Inclusão, teve reconhecido seu direito de manifestar sua opinião e tê-la levada em consideração em todos os assuntos que a afetem, cabendo a decisão final, contudo, ao seu representante legal ou ao Judiciário no caso de divergência.

4. FCC - 2022

De acordo com a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), é assegurada a plena capacidade civil da pessoa com deficiência, inclusive para

I. exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária, bem como para casar-se e constituir união estável.

II. exercer direitos sexuais e reprodutivos, ressalvada situação de risco à sua integridade física ou psicológica, em que se admite esterilização compulsória, mediante prévia determinação judicial.

III. exercer o direito à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo vedado, contudo, exercer guarda, tutela ou curatela.

IV. exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II e III.

5. FCC - 2022

Nos termos do Estatuto da Pessoa com Deficiência, quando a deficiência afetar a plena capacidade civil da pessoa, deverá ser necessariamente autorizado/a pelo curador

- (A) a constituição de união estável.
- (B) o exercício do direito à guarda.
- (C) a realização de atos patrimoniais.
- (D) a adoção.
- (E) a conservação da fertilidade.

6. FCC - 2024

Considere a seguinte situação hipotética: Hermes é o profissional de saúde responsável pelo tratamento de Afrodite, pessoa com deficiência, que está internada no Hospital XYZ. Segundo a Lei nº 13.146/2015, na impossibilidade de permanência do acompanhante cu do atendente pessoal junto a Afrodite,

(A) caberá ao dono do Hospital XYZ, que não precisa necessariamente ser profissional de saúde, justificar essa impossibilidade, desde que o faça por escrito.

(B) será necessária justificativa conjunta do Hospital XYZ e de Hermes sobre tal impossibilidade, podendo adotar, para tanto, a forma oral ou escrita.

(C) não haverá consequência nem será necessário tomar providências, haja vista que, em regra, a pessoa com deficiência, quando internada, não possui direito a acompanhante ou a atendente pessoal.

(D) não constitui competência do Hospital XYZ adotar providências cabíveis para suprir a ausência do acompanhante ou do atendente pessoal.

(E) caberá a Hermes justificar essa impossibilidade, assim o fazendo por escrito.

7. FCC - 2023

De acordo com a Lei nº 13.146/2015, especificamente o que concerne ao direito à saúde da pessoa com deficiência:

(A) é assegurada atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, por intermédio do SUS, garantido acesso universal e igualitário.

(B) não é admissível a participação da pessoa com deficiência na elaboração de políticas de saúde a ela destinadas, mas deverá ser garantida à sua família tal participação.

(C) as ações e serviços de saúde pública devem assegurar, dentre outros, serviços de habilitação e de reabilitação sempre que necessários, para alguns tipos de deficiência somente, inclusive para a manutenção da melhor condição de saúde e qualidade de vida.

(D) as operadoras de planos e seguros privados de saúde não estão obrigadas a garantir à pessoa com deficiência todos os serviços e produtos ofertados aos demais clientes.

(E) são diversas as ações e serviços sobre saúde pública destinados à pessoa com deficiência, não se enquadrando, no entanto, nesse rol, o respeito à identidade de gênero e à orientação sexual da pessoa com deficiência.

8. FCC - 2021

João tem quinze anos e é pessoa com deficiência. João dirigiu-se à autoridade policial competente e alegou ter sofrido violência, pois seu genitor, em sua residência, intencionalmente e de forma negligente, deixou de lhe fornecer vestimentas, de prestar cuidados com higiene e cuidados escolares, o que lhe causou sofrimento psicológico. De acordo com a Lei nº 13.146/2015, a conduta narrada

(A) não caracteriza violência contra a pessoa com deficiência, pois esta pressupõe conduta ativa, o que não ocorreu na hipótese.

(B) caracteriza violência contra a pessoa com deficiência, por preencher os requisitos legais.

(C) caracteriza violência contra a pessoa com deficiência, pois, apesar da Lei nº 13.146/2015 não trazer os requisitos para a sua configuração, qualquer conduta negligente configura a violência.

(D) não caracteriza violência contra a pessoa com deficiência, pois para a configuração dessa conduta específica é necessário que seja praticada em local público.

(E) não caracteriza violência contra a pessoa com deficiência, pois para tanto é necessário que a violência cause morte ou dano físico.

9. FCC - 2023

Considere:

I. Sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como aprendizado ao longo de toda a vida.

II. Inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento.

III. Adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino.

As assertivas acima tratam, dentre outras, de incumbências do poder público relativas ao direito à educação da pessoa com deficiência. De acordo com a Lei nº 13.146/2015, aplicam-se, obrigatoriamente, às instituições privadas, as medidas descritas em

(A) II e III, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) I, apenas.

(D) I, II e III.

(E) III, apenas.

10. FCC - 2022

A Lei Federal nº 13.146/2015, em seu Artigo 27, estabelece que *A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.* Considerando o estabelecido nesse artigo, a escola e seus profissionais devem

(A) promover a inclusão dos alunos com deficiência que possuam condições de desenvolver as atividades propostas pelos professores das classes comuns.

(B) garantir que os alunos com deficiência sejam atendidos por professores especializados, pois estes compreendem melhor os problemas destes estudantes.

(C) assegurar a inclusão dos alunos com deficiência, de forma planejada e condizente com as necessidades de cada estudante.

(D) desenvolver atividades das quais os alunos com deficiência consigam participar, para não os desestimular e integrá-los à turma.

(E) solicitar a presença de um profissional que auxilie no cuidado com os alunos com deficiência, para atender aos demais estudantes.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. FCC - 2024

O servidor de um Tribunal Regional do Trabalho ajustou corretamente o formato de data do seu computador no Windows 10 Home, em português, aberto e funcionando em condições ideais, por meio do Painel de Controle exibido por categoria, clicando em:

- (A) Relógio e Região e depois em Data e Hora.
- (B) Data e Hora e depois em Configurar Data.
- (C) Relógio e Região e depois em Região.
- (D) Data e Hora e depois em Ajustar Data.
- (E) Data e Hora e depois em Relógio e Região.

2. FCC - 2024

No *prompt* de comando do Windows 10, é possível obter o endereço IP do computador:

- (A) clicando em Alt+F12.
- (B) digitando o comando `ipaddress` e, após, pressionando Enter.
- (C) clicando em Configuração, digitando exibir IP e, após, pressionando Enter.
- (D) digitando o comando `ipv4` e, após, pressionando Enter.
- (E) digitando o comando `ipconfig` e, após, pressionando Enter.

3. FCC - 2023

No *prompt* de comandos do Windows 10, um policial digitou o comando `ipconfig` e pressionou a tecla Enter para

- (A) mudar o endereço IP do seu computador.
- (B) ver o endereço IP do seu computador na rede.
- (C) renovar o endereço IP do seu computador.
- (D) conectar seu computador à rede local.
- (E) obter seu endereço IP público na internet.

4. FCC - 2023

No *prompt* de comandos do Windows 10, em português, ao se digitar o comando `ipconfig` e pressionar a tecla Enter

- (A) é exibido, dentre outras informações, o endereço IPv4 do computador, por exemplo, 192.168.15.7
- (B) abre-se uma janela na qual será possível configurar o endereço IPv4 e IPv6 do computador.
- (C) as configurações dos adaptadores de rede do computador são resetadas e reconfiguradas automaticamente.
- (D) as configurações dos adaptadores de rede são exibidas e um novo endereço IP para o computador é solicitado.
- (E) é exibido, dentre outras informações, o endereço IPv4 do computador, por exemplo, 2804:431:cfe0:8d02:3d78:2a37:3bae:7c3f

5. FCC - 2023

Após a instalação e inicialização do Windows 10, um Analista de um Tribunal Regional do Trabalho precisa abrir um determinado arquivo usando um aplicativo diferente daquele fornecido pela Microsoft. Com o Windows 10 aberto e funcionando em condições ideais em configurações > aplicativos, para alterar o tipo de aplicativo associado ao arquivo, o Analista deve clicar na opção

- (A) Aplicativos padrão e na sequência clicarem Escolha os aplicativos padrão por tipo de arquivo.
- (B) Inicialização e na sequência clicarem Apps de inicialização.
- (C) Aplicativos e recursos e na sequência clicar em Atualizar aplicativos.
- (D) Aplicativos para site e na sequência clicar em Associar aplicativos a sites.
- (E) Reprodução de arquivos e na sequência clicar em Configuração de arquivos.

6. FCC - 2022

Uma pessoa precisa acessar o Gerenciador de Tarefas em um computador com o sistema operacional Windows 10 em português, funcionando em condições ideais. Considere as ações:

I. posicionar o mouse sobre o botão Iniciar e clicar com o botão direito do mouse > a partir das opções oferecidas pelo menu que aparece, selecionar o Gerenciador de Tarefas.

II. pressionar as teclas de atalho Windows T que dão acesso direto ao Gerenciador de Tarefas.

III. pressionar simultaneamente as teclas Ctrl Alt Del > na tela que aparece, selecionar o Gerenciador de Tarefas.

A pessoa conseguirá acessar o Gerenciador de Tarefas por meio

- (A) das ações I e III, apenas.
- (B) das ações I e II, apenas.
- (C) da ação III, apenas.
- (D) das ações II e III, apenas.
- (E) das ações I, II e III.

7. FCC - 2022

Os documentos criados em um computador com Microsoft Windows normalmente são gravados em uma pasta chamada Documentos do HD ou SSD, ou em outra pasta selecionada pelo usuário. Para evitar a perda do documento caso ocorram falhas graves nesses dispositivos de armazenamento, é aconselhável manter um backup do documento em um pen drive ou HD externo, por exemplo. Estando duas janelas do Windows abertas, lado a lado, sem documentos selecionados, uma com a pasta Documentos do HD e outra com a unidade de pen drive, para copiar um arquivo da pasta Documentos para o pen drive basta

- (A) pressionar as combinações de teclas CTRL + X e CTRL + V.
- (B) manter pressionada a tecla SHIFT e arrastar o arquivo da janela da pasta Documentos para a janela do pen drive.

- (C) arrastar o arquivo da janela da pasta Documentos para a janela do pen drive.
- (D) pressionar as combinações de teclas CTRL + C e CTRL + V.
- (E) clicar no menu Arquivo e na opção Copiar e, depois, na opção Arquivo e Colar.

8. FCC - 2022

Em um computador com o Windows, um Professor estava digitando um documento em um editor de textos utilizando informações de uma página web aberta no navegador. Eventualmente ele copiava partes que estavam na página web aberta para o documento que estava redigindo. Em certo momento ele pressionou a combinação de teclas ALT + TAB, que permite

- (A) copiar um trecho de texto selecionado.
- (B) salvar o estado da janela ativa.
- (C) recortar um trecho de texto selecionado.
- (D) alternar entre janelas abertas no Windows.
- (E) colar um trecho de texto copiado.

9. FCC - 2022

Um dos primeiros passos para se proteger um computador com o Windows 10, em português, contra malwares é desativar a reprodução automática de dispositivos USB, CD, Blu-ray, DVD etc. Isso faz com que, quando se conectar, por exemplo, um pen drive em uma porta USB, qualquer malware que seria executado automaticamente seja evitado. Em condições ideais, para se chegar à janela onde será possível desativar a reprodução automática para todas as mídias e dispositivos, clica-se na tecla com o símbolo (logotipo) do Windows, depois na sequência de opções:

- (A) Configurações > Dispositivos > Reprodução automática.
- (B) Acessórios > Configurações > Autoexecutar.
- (C) Explorador de Arquivos > Autoexecutar > Dispositivos.
- (D) Painel de Controle > Dispositivos > Autoexecutar.
- (E) Painel de Controle > Sistema e Segurança > Reprodução automática.

10. FCC - 2022

No Microsoft Windows 10, um bombeiro está trabalhando com duas janelas abertas, uma com o navegador web e outra com o Microsoft Word. Estando na janela do navegador web ativa, para fechar essa janela rapidamente poderá utilizar a combinação de teclas

- (A) ALT + TAB
- (B) ALT + F4
- (C) CTRL + F5
- (D) ALT + DELETE
- (E) SHIFT + F4

11. FCC - 2022

Após entrar nas configurações do sistema no Windows 10, em português e em condições ideais, um técnico clicou na opção Sobre, depois na opção Configurações Avançadas do Sistema e a janela Propriedades do Sistema foi aberta. Para permitir que o computador seja controlado remotamente ele precisa ativar a opção Permitir que este computador seja controlado remotamente, a partir de um clique na guia

- (A) Avançado e na opção Configuração Remota.
- (B) Avançado e na opção Administração Remota.
- (C) Proteção do Sistema e na opção Configuração Remota.

- (D) Remoto e no botão Avançado...
- (E) Proteção do Sistema e no botão Configurar...

12. FCC - 2020

Para maior segurança com as informações de uma Assembleia Legislativa, computadores de deputados serão configurados para bloquearem automaticamente o acesso, assim que o usuário se afastar do computador com o seu telefone celular.

Considerando que os deputados têm computadores com a versão mais atual do Windows 10, em português e Bluetooth, para realizar essa configuração, a equipe de assistência de informática precisa

- (A) alterar a política de senha para complexa, acessando a configuração de senhas do sistema.
- (B) selecionar a opção de bloqueio dinâmico, nas opções de entrada da configuração de contas, na configuração do Windows.
- (C) configurar a opção PIN do Windows *hello*, nas opções de entrada da configuração de contas do sistema operacional.
- (D) alterar as opções de acesso e bloqueio para controle por chave de segurança física.
- (E) escolher, na opção de administração de dispositivos, a rede local de conexão e o dispositivo *bluetooth* desejado.

13. FCC - 2020

Um deputado estadual que está em viagem acionou a equipe de assistência de informática porque acredita que um vírus invadiu o seu notebook com Windows 10, em português. Para realizar uma verificação de vírus na máquina, incluindo a verificação do sistema de boot, estando o computador sem conexão a redes, o deputado será orientado a utilizar a opção de verificação da proteção contra vírus do Windows

- (A) *completa*.
- (B) *personalizada*.
- (C) *atualizada*.
- (D) *rápida*.
- (E) *offline*.

14. FCC - 2022

Utilizando o Microsoft Office 2010 ou superior, em Português, e em condições normais de funcionamento e configuração, um Assistente criou uma planilha Excel com duas colunas: uma com categoria de animal e outra com tipo de animal, exemplo: categoria: *mamífero*, tipo: *gato*, categoria: *inseto*, tipo: *grilo* e assim por diante.

Uma forma de exibir as colunas contendo somente os tipos de animal de uma categoria específica é utilizar uma função aplicada às colunas que é:

- (A) Definir tipo.
- (B) Filtro.
- (C) Exibir exclusivo.
- (D) Classificar.
- (E) Exibir específico.

15. FCC - 2022

Após abrir o Microsoft Excel 2010, em português, um Fiscal de Serviços Públicos verificou a existência de duas planilhas, Plan1 e Plan2, em abas no canto inferior esquerdo da janela. Na célula C10 da planilha Plan1, há o valor R\$ 67896,50, referente ao orçamento de um serviço. Este valor precisa ser copiado de for-

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. FCC - 2022

Considerando o tema processo legislativo, a manutenção em vigor de Constituição anterior que, porém, perde a sua hierarquia constitucional para operar como legislação comum é conhecida como

- (A) desidratação constitucional.
- (B) reconstituição.
- (C) recepção.
- (D) desclassificação constitucional.
- (E) desconstitucionalização.

2. FCC - 2022

O Estado Democrático de Direito é formado pela união dos Estados, Municípios e pelo Distrito Federal, e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, o pluralismo político e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Em se tratando desses dois últimos fundamentos, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa devem ser aplicados ao direito

- (A) urbanístico.
- (B) financeiro.
- (C) tributário.
- (D) socioambiental.
- (E) penal.

3. FCC - 2021

Os direitos e garantias fundamentais consagrados pela Constituição Federal não são ilimitados, encontrando seus limites nos demais direitos igualmente consagrados pelo texto constitucional. Tal afirmação corresponde ao princípio da

- (A) razoabilidade dos direitos fundamentais.
- (B) convivência das liberdades públicas.
- (C) restrição constitucional.
- (D) proteção social.
- (E) comunicação dos direitos fundamentais.

4. FCC - 2024

Um grupo de pessoas protetoras dos animais quer se reunir, pacificamente e sem armas, em um local aberto ao público para defender ideias que os beneficiam. Essa reunião pode ocorrer.

- (A) desde que a convocação da reunião tenha sido realizada por uma associação criada e aprovada, na forma da lei, por autoridade competente, sendo apenas exigido prévio aviso a essa autoridade.
- (B) desde que a convocação da reunião tenha sido realizada por uma associação criada e aprovada, na forma da lei, por autoridade competente, sendo apenas exigida autorização da parte desta.
- (C) independentemente de autorização e de prévio aviso à autoridade competente, desde que não frustrate outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

(D) desde que haja autorização da autoridade competente e que não frustrate outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

(E) independentemente de autorização, desde que não frustrate outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

5. FCC - 2023

A instituição do júri possui assento constitucional e prevê seja assegurada a

- (A) publicidade dos votos e fundamentação das decisões.
- (B) competência para o julgamento de crimes hediondos.
- (C) soberania dos veredictos e a plenitude da defesa.
- (D) imediata execução da pena durante a julgamento de recursos.
- (E) aplicação necessária em juízo ou tribunal de exceção.

6. FCC - 2023

De acordo com a Constituição Federal, o preso será informado de seus direitos, entre os quais,

- (A) direito à identificação apenas dos responsáveis por seu interrogatório policial, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado, tendo o dever de falar a verdade, não podendo abster-se de responder ao que for questionado, devendo a prisão legal ser imediatamente relaxada pela autoridade judiciária.
- (B) de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado, não possuindo o direito à identificação dos responsáveis por sua prisão nem dos responsáveis por seu interrogatório policial, para a segurança dos agentes, devendo a prisão legal ser imediatamente relaxada pela autoridade policial.
- (C) direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado, tendo o dever de falar a verdade, não podendo abster-se de responder ao que for questionado, devendo a prisão legal ser imediatamente relaxada pela autoridade judiciária.
- (D) de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado, além do direito à identificação apenas dos responsáveis por seu interrogatório policial, devendo a prisão ilegal ser imediatamente relaxada pela autoridade policial ou pela autoridade judiciária, por meio do habeas corpus.
- (E) de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e do advogado, além do direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial, devendo a prisão ilegal ser imediatamente relaxada pela autoridade judiciária.

7. FCC - 2022

Cuida-se de tratado internacional que foi aprovado pelo Congresso Nacional na forma do artigo 5º, § 3º, da Constituição Federal e cujo instrumento de ratificação já foi depositado pelo Brasil:

- (A) Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de sua Família, ratificada pelo Brasil em 2015.
- (B) Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Conexas de Intolerância, ratificada pelo Brasil em 2021.
- (C) Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado, ratificada pelo Brasil em 2010.
- (D) Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos, ratificada pelo Brasil em 2015.
- (E) Convenção Interamericana contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância, ratificada pelo Brasil em 2013.

8. FCC - 2024

Florêncio, advogado, tem, dentre seus clientes, Florisbal, ex-Prefeito do Município 'X' e atual industrial que, estando com todas as condições de elegibilidade atendidas, deseja se candidatar, nas próximas eleições, a Vereador do mesmo Município. Ocorre que, Florisbal procurou Florêncio com a finalidade de propor ação judicial contra Dito, atual Prefeito do Município "X", visando anular ato lesivo ao meio ambiente, dizendo que tem como comprovar que Dito praticou referido ato. Florêncio, então, esclarece, dentre outros fatos, que Florisbal

- (A) poderá propor ação popular ou ação civil pública, não havendo, em ambos os casos, isenção de custas judiciais e do ônus da sucumbência, ainda que esteja de boa-fé.
- (B) poderá propor ação popular, ação civil pública ou mandado de segurança, ficando, em todos os casos, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência, independentemente de boa-fé.
- (C) poderá propor ação civil pública, pois, como candidato a cargo político, é o único legitimado para a propositura dessa ação.
- (D) poderá propor ação popular, ficando, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- (E) não poderá propor ação popular, pois a legitimidade para a propositura dessa ação é exclusiva do Ministério Público.

9. FCC - 2023

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a impetração, por uma associação legalmente constituída, de mandado de segurança coletivo para proteger direito líquido e certo de seus associados contra ato ilegal de agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público

- (A) é cabível, ainda que o direito seja amparável por *habeas corpus* ou o *habeas data*, por se trata de hipótese em que a própria Constituição autoriza o uso de mandado de segurança coletivo.
- (B) é cabível, desde que a associação esteja em funcionamento há pelo menos um ano e que o direito que se visa proteger não seja amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*.
- (C) não é cabível, pois o agente responsável pela prática do ato ilegal não é autoridade pública.

- (D) não é cabível, pois apenas a organização sindical e a entidade de classe estão legitimadas para o ajuizamento de mandado de segurança coletivo em defesa de seus membros.
- (E) é cabível, independentemente do tempo de constituição da associação, pois visa proteger direito líquido e certo de seus associados.

10. FCC - 2022

José e Jairo tiveram violado o mesmo direito líquido e certo em razão de abuso de poder de agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

Nesse caso, José e Jairo

- (A) não poderão impetrar mandado de segurança coletivo, ainda que o direito violado não possa ser amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*.
- (B) poderão impetrar mandado de segurança individual, ainda que o direito violado possa ser amparado por *habeas corpus*.
- (C) poderão impetrar, conjuntamente, mandado de segurança coletivo, desde que o direito violado não possa ser amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*.
- (D) não poderão impetrar mandado de segurança individual nem coletivo, pois, para isso, é necessário que o agente coator seja autoridade pública.
- (E) poderão impetrar mandado de segurança individual ou coletivo, desde que o direito violado não possa ser amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*.

11. FCC - 2023

Otávio é trabalhador urbano em Juazeiro. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, são direitos dele, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: seguro-desemprego,

- (A) em caso de desemprego involuntário, aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no máximo de trinta dias, nos termos da lei, e ação, quanto aos créditos resultantes da sua relação de trabalho, com prazo prescricional de dois anos, até o limite de cinco anos após a extinção de seu contrato de trabalho.
- (B) seja o desemprego voluntário ou involuntário; aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei; e ação, quanto aos créditos resultantes da sua relação de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção de seu contrato de trabalho.
- (C) seja o desemprego voluntário ou involuntário; aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no máximo de trinta dias, nos termos da lei, e ação, quanto aos créditos resultantes da sua relação de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção de seu contrato de trabalho.
- (D) em caso de desemprego involuntário, aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei; e ação, quanto aos créditos resultantes da sua relação de trabalho, com prazo prescricional de dois anos, até o limite de cinco anos após a extinção de seu contrato de trabalho.
- (E) em caso de desemprego involuntário; aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei; e ação, quanto aos

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. FCC - 2023

Constitui expressão do poder de tutela, próprio do regime jurídico administrativo,

- (A) o poder de rever atos discricionários por critério de conveniência e oportunidade, observado o interesse público.
- (B) o dever de anular os atos quando eivados de vícios, independentemente de provocação do interessado.
- (C) o controle finalístico exercido pelo ente instituidor sobre entidades integrantes da Administração indireta.
- (D) as cláusulas exorbitantes presentes nos contratos administrativos, derogatórias do regime contratual de direito privado.
- (E) a aplicação de sanções disciplinares a servidores e empregados públicos e aqueles que possuam vínculo com a Administração.

2. FCC - 2022

Os conceitos de autotutela e de tutela presentes no regime jurídico aplicável à Administração Pública são

- (A) decorrentes da evolução histórica da organização da Administração Pública, sendo o primeiro expressão do modelo burocrático, e o segundo próprio do modelo gerencial.
- (B) ambos expressão do poder hierárquico exercido no âmbito da Administração Pública, sendo a tutela exercida na linha de comando entre superiores e seus subordinados e a autotutela no âmbito de autoridades da mesma linha hierárquica.
- (C) complementares, sendo o primeiro de natureza hierárquica, voltado estritamente às ações necessárias à organização funcional, e o segundo de caráter disciplinar, podendo importar aplicação de sanções.
- (D) diversos, sendo expressão da autotutela o poder-dever da Administração Pública de anular e rever seus atos, por razões, respectivamente, de legalidade e de conveniência, o que não se mostra presente na tutela, que corresponde ao denominado controle finalístico.
- (E) simétricos, sendo a autotutela aplicável no âmbito interno da Administração Pública, enquanto a tutela incide sobre particulares ligados à Administração Pública por vínculo contratual.

3. FCC - 2022

São princípios infraconstitucionais do direito administrativo:

- (A) legalidade, autotutela e motivação.
- (B) legalidade, autotutela e finalidade.
- (C) impessoalidade, legalidade e publicidade.
- (D) autotutela, motivação e finalidade.
- (E) moralidade, impessoalidade e motivação.

4. FCC - 2023

Quando constatado que as razões de fato ou de direito consignadas para a prática de determinado ato administrativo são falsas, tem-se

- (A) vício de motivo, sendo cabível a invalidação administrativa ou judicial do ato, ainda que se trate de ato discricionário.
- (B) vício de finalidade, não passível de invalidação em sede judicial, salvo em se tratando de ato vinculado.
- (C) ato jurídico inexistente, dada a ausência de um de seus elementos constitutivos essenciais.
- (D) vício meramente formal, descabendo invalidação na medida em que o motivo é elemento extrínseco ao ato.
- (E) a obrigação de convalidação do ato pela autoridade superior, no exercício da autotutela administrativa, com a correção da falha identificada.

5. FCC - 2022

A anulação de ato administrativo

- (A) é de competência exclusiva da Administração pública, não podendo ser efetivada pelo Poder Judiciário.
- (B) produz efeitos ex nunc, ou seja, retroativos à data em que foi emitido.
- (C) corresponde ao desfazimento do ato por razões de ilegalidade.
- (D) depende de provocação do interessado.
- (E) corresponde ao processo de que se vale a Administração pública para aproveitar atos administrativos com vícios superáveis, de forma a confirmá-los no todo ou em parte.

6. FCC - 2022

Com referência aos atos administrativos, o desvio de poder

- (A) é vício que atinge a sua finalidade.
- (B) é termo genérico, tendo como espécie o abuso de poder.
- (C) ocorre quando há excesso nos limites de sua competência.
- (D) tem como exemplo a usurpação de poder.
- (E) torna anulável o ato administrativo.

7. FCC - 2023

Leônidas, policial rodoviário federal, estava em gozo de férias com a família na praia, quando presenciou uma tentativa de assalto. Imediatamente, deu voz de prisão ao assaltante e imobilizou-o fisicamente, por meio de uma técnica de estrangulamento. Porém, acabou usando de força excessiva, o que levou o assaltante a óbito por asfixia. Sabendo-se que a família do falecido pretende responsabilizar a União pelo evento e analisando a situação descrita, os requisitos para a responsabilidade estatal

- (A) estão presentes, devendo a ação ser ajuizada em face da União e de Leônidas, em litisconsórcio necessário, dada a necessidade de investigar a culpa do agente.
- (B) estão presentes, configurando-se hipótese de responsabilidade objetiva pela teoria do risco administrativo.

(C) não estão presentes, pois Leônidas não estava atuando na qualidade de servidor público.

(D) estão presentes, configurando-se hipótese de responsabilidade subjetiva pela teoria da culpa do serviço.

(E) não estão presentes, visto que a culpa da vítima exclui o nexo de causalidade.

8. FCC - 2022

Atanásio Pantaleão é servidor público em órgão estatal que opera transporte coletivo, por meio de ônibus em determinado município. Em determinado dia, atropelou um ciclista que trafegava pela via pública, causando-lhe a morte. A família do ciclista pretende obter indenização pelos danos materiais e morais decorrentes do acidente.

Considerando tal situação e as regras sobre responsabilidade no âmbito estatal, Atanásio

(A) responderá objetiva e diretamente pelo evento, sendo excluída a responsabilidade do município.

(B) responderá objetivamente pelo evento, mas deverá sofrer denúncia da lide em processo movido pela família do ciclista em face do município.

(C) não responderá por danos materiais, mas apenas por danos morais, pois a perda de uma vida é materialmente irreparável.

(D) responderá, na medida de sua culpabilidade, por meio de ação de regresso a ser ajuizada pelo município, caso seja responsabilizado pelo evento.

(E) não responderá pelo evento, pois os servidores públicos são imunes a esse tipo de responsabilidade.

9. FCC - 2022

Trata-se de forma de delegação de serviço público por prazo certo e caráter não precário, compatível com a cobrança de tarifa ao usuário:

I. Concessão de serviço público.

II. Concessão administrativa.

III. Concessão patrocinada.

IV. Permissão de serviço público.

Está correto o que se afirma **APENAS** em

(A) I e II.

(B) II e III.

(C) I e III.

(D) II e IV.

(E) III e IV.

10. FCC - 2020

Faustino Antunes é dono de uma banca de jornal em determinada rua no Centro de Macapá, tendo recebido do Município uma permissão de uso objetivando a ocupação do espaço na calçada para instalação da referida banca. O Município notificou Faustino, avisando que, em razão da necessidade de ampliar o espaço para locomoção de pedestres, cessariam os efeitos de sua permissão de uso em 90 dias, arcando o Município com o deslocamento da banca para outro local e emitindo-se em seu favor uma nova permissão de uso. Uma semana após realizada a mudança de local, Faustino Antunes verificou que outra banca fora instalada exatamente onde ele exercia antes sua atividade comercial, sendo que o dono da banca lhe mostrou

permissão de uso recém-emitida pelo Município. Analisando-se o caso em questão, constata-se que o ato que fez cessar a sua permissão original é uma

(A) cassação, sendo válida, por tratar-se de ato discricionário.

(B) rescisão, sendo inválida, por tratar-se de ato arbitrário.

(C) declaração de caducidade, podendo ser invalidada, por vício de objeto.

(D) revogação, podendo ser invalidada, por vício de motivo.

(E) anulação, sendo válida, por tratar-se de ato vinculado.

11. FCC - 2022

A União Federal pretende realizar licitação para contratação de parceria público-privada, na modalidade patrocinada. De acordo com a Lei nº 11.079/2004, que instituiu normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração pública, na hipótese narrada,

(A) haverá repartição subjetiva de riscos entre as partes envolvidas.

(B) não haverá compartilhamento com a Administração pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado.

(C) o período de prestação dos serviços poderá ser fixado em quatro anos.

(D) além da tarifa cobrada dos usuários, haverá contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

(E) não será aplicada nenhuma outra legislação, ainda que em caráter subsidiário.

12. FCC - 2022

Lourenço, servidor público, foi acusado pela prática dos crimes de prevaricação e de concussão. Após responder ao processo criminal, acabou por ser absolvido por falta de provas.

Diante dessa situação hipotética, em conformidade com a Lei no 8.112/1990,

(A) tendo em vista o fato de que o servidor já foi processado e absolvido na esfera criminal, a Administração Pública não mais poderá processá-lo e puni-lo pelos mesmos fatos.

(B) ainda que tenha sido absolvido na esfera criminal por falta de provas, a Administração Pública poderá vir a punir o servidor.

(C) diante do princípio da supremacia do interesse público, a Administração Pública deverá sempre desconsiderar as decisões judiciais, sejam elas condenatórias ou absolutórias, nos casos de apuração de crime por parte de servidores públicos, e aplicar a decisão que melhor lhe convier no âmbito da Administração.

(D) as decisões da justiça, que punam ou absolvam o servidor pela prática de qualquer crime, sempre vinculam o Poder Público.

(E) por se tratar de crimes funcionais, atendendo-se ao princípio da separação de poderes, Lourenço jamais poderia ter sido processado judicialmente, cabendo apenas à Administração Pública a apuração dos fatos imputados ao servidor.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. FCC - 2022

É(São) exemplo(s) de convergência de práticas entre a Administração pública direta e a iniciativa privada:

- (A) avaliação por resultados e participação nos lucros.
- (B) participação nos lucros e demissão sem justa causa.
- (C) direito a férias remuneradas com salário maior do que o normal e avaliação por resultados.
- (D) direito a férias remuneradas com salário maior do que o normal e demissão sem justa causa.
- (E) participação nos lucros.

2. FCC - 2022

Embora a ciência da administração se funde em conhecimentos comuns, é necessário conceber diferenças entre administração pública e administração privada, por exemplo:

- (A) na administração pública não se exige desempenho dos funcionários, enquanto na administração privada é possível exigir cumprimento de metas e objetivos.
- (B) a administração pública tem como objetivo o bem-estar do governo, enquanto a administração privada tem como objetivo o bem-estar da coletividade.
- (C) a administração pública é financiada principalmente pela receita operacional, enquanto a administração privada é financiada principalmente pela receita tributária.
- (D) a administração pública somente pode admitir pessoal por concurso público, vedada a investidura exclusivamente em comissão, enquanto a administração privada pode admitir pessoal sem processo seletivo prévio.
- (E) a administração pública opera sob a regra geral da publicidade, enquanto a administração privada opera sob a regra geral do segredo de negócio.

3. FCC - 2022

Entre as principais abordagens da Administração insere-se a estrutura divisional, cujo principal teórico é Alfred Sloan, tendo, como traço característico,

- (A) a interação da organização com o ambiente externo em que atua, apresentando-se como um sistema aberto em constante aprimoramento.
- (B) a departamentalização da organização pelo critério de importância relativa da atividade em face do custo total de produção.
- (C) a existência de unidades que operam com relativa autonomia, organizadas por produto, área geográfica ou clientela, denominadas centros de resultados.
- (D) a existência de unidades de duração temporária, voltadas à consecução de projetos específicos.
- (E) a centralização de custos em uma unidade central e a departamentalização das demais atividades pelo critério geográfico.

4. FCC - 2022

O traço distintivo de uma estrutura organizacional sob a forma matricial, comparativamente a outra que apresente estrutura divisional, consiste na

- (A) adoção do critério de departamentalização funcional ou por produto.
- (B) apuração de resultados de forma centralizada, nos denominados centros de resultados.
- (C) existência de órgãos de duração temporária, vinculados a projetos.
- (D) divisão pelo critério geográfico, com unidades regionais ligadas ao núcleo central.
- (E) adoção de indicadores de desempenho e metas vinculadas a uma organização modelo.

5. FCC - 2020

Ao planejar a estrutura organizacional, uma das variáveis refere-se a quem os indivíduos e os grupos se reportam. Essa variável consiste em estruturar a

- (A) especialização do trabalho.
- (B) departamentalização.
- (C) cadeia de comando.
- (D) centralização e descentralização.
- (E) formalização das regras.

6. FCC - 2022

No que concerne à cultura organizacional, na forma apresentada pela doutrina especializada, baseada nos estudos de Edgar Schein, tem-se que pode ser analisada em diferentes níveis, sendo que os denominados “artefatos” correspondem

- (A) às crenças e percepções inconscientes presentes na organização e que perpassam todos os níveis da cultura vigente.
- (B) ao nível mais profundo, onde se situam as percepções básicas subjacentes à organização.
- (C) ao primeiro nível, de maior visibilidade e percepção, tendo como exemplos os slogans e símbolos.
- (D) ao nível intermediário, onde se situam os valores compartilhados pelos integrantes da organização.
- (E) ao nível formalmente normatizado da cultura vigente na organização, representado por documentos como código de conduta e de ética.

7. FCC - 2024

As sentenças abaixo discorrem sobre as teorias clássicas de motivação.

- I. A hierarquia das necessidades de Maslow parte da premissa que, embora nenhuma necessidade possa ser totalmente preenchida, quando uma delas é substancialmente satisfeita, a próxima passa a ser dominante.

II. A teoria das necessidades de McClelland enfoca aspectos relacionados à busca das pessoas por excelência e sucesso, práticas de poder e relacionamento interpessoais próximos e amigáveis.

III. A teoria dos dois fatores de Herzberg parte dos pressupostos de que os funcionários ou não gostam de trabalhar, ou consideram o trabalho tão natural quanto descansar e se divertir.

IV. A teoria X e a teoria Y, de McGregor, consideram dois fatores dicotômicos, satisfação e insatisfação, a partir da teoria da higiene-motivação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I e III.
- (E) II e IV.

8. FCC - 2023

A Teoria Y, desenvolvida por McGregor a respeito do fenômeno da motivação, baseia-se em uma concepção

(A) atualmente superada acerca do processo motivacional, pois coloca toda a ênfase em fatores alheios à natureza do ser humano.

(B) pessimista do ser humano, enfatizando que o homem médio precisa ser dirigido e controlado, pois é avesso a responsabilidades e esforço.

(C) neutra acerca da natureza intrínseca de cada pessoa, sustentando que são os fatores externos, especialmente os intangíveis, que propiciam a motivação.

(D) positiva da natureza humana, ao contrário da Teoria X do mesmo estudioso, e sustenta que o esforço para o trabalho e a responsabilidade são características inerentes ao homem médio.

(E) de que apenas reforço positivo, tal como proposto pela Teoria X do mesmo autor, não é suficiente para induzir comportamentos, sendo mais relevante um sistema de reforço negativo.

9. FCC - 2022

Uma das teorias que procura explicar o fenômeno da motivação no ambiente corporativo é a Teoria ERC, sustentada por Clayton Alderfer, em que

(A) o comportamento das pessoas é orientado exclusivamente em função de recompensas financeiras.

(B) existem 3 categorias de necessidades a serem consideradas para gerar motivação: a existencial (necessidades básicas); a de relacionamento e a de crescimento.

(C) o ser humano não possui motivação intrínseca, necessitando de fatores indutores, positivos e negativos, especialmente um sistema de punições.

(D) apenas o desejo por reconhecimento e apreciação é que gera motivação verdadeira no ser humano.

(E) a motivação é gerada a partir de um campo dinâmico, influenciado pela valência que constitui fatores materiais e imateriais ligados à realização de suas tarefas.

10. FCC - 2022

Suponha que um consultor contratado para efetuar diagnóstico sobre a motivação em determinado ambiente corporativo e para propor medidas de melhoria, adote como premissa de trabalho a “Teoria X” predicada por McGregor. Nesse contexto, tem-se que referido consultor

(A) parte da concepção de que o homem médio não gosta do trabalho e evita assumir responsabilidades, necessitando ser controlado e dirigido.

(B) acredita que o trabalho é algo natural e satisfatório para a maioria das pessoas, que devem contar com autonomia para realizar suas tarefas.

(C) considera que existe uma hierarquia de necessidades a serem atendidas no processo de motivação, partindo dos ligados à subsistência.

(D) procurará identificar os objetivos comuns da equipe, capazes de induzir um processo de motivação coletiva, elegendo uma meta central denominada “Fator X”.

(E) adotará o conceito da valência, propondo medidas indutoras da motivação e medidas punitivas, de acordo com uma equação que buscará o ponto médio (“Fator X”).

11. FCC - 2022

O fenômeno da motivação no ambiente corporativo é objeto de diversas teorias apresentadas por estudiosos do tema, entre as quais pode-se citar a Teoria das Necessidades Adquiridas, apresentada por David McClelland, a qual sustenta que

(A) o reforço negativo é mais eficaz que o positivo, na medida em que as recompensas produzem efeito transitório, enquanto as punições são internalizadas de modo permanente.

(B) o comportamento humano é sempre orientado para resultados, pautando-se pela valência atribuída ao resultado almejado (instrumentalidade).

(C) há três motivos sempre presentes, em diferentes graus em cada indivíduo, na dinâmica motivacional: realização, afiliação (integração ao grupo) e poder.

(D) as necessidades humanas seguem uma hierarquia de prioridades, de forma que a motivação só será induzida a partir do atendimento das mais básicas, ligadas à subsistência.

(E) o homem médio não tem uma motivação natural para o trabalho e tende a evitá-lo, precisando assim de medidas exógenas, algumas coercitivas, para que se mostre motivado.

12. FCC - 2022

Vários estudiosos já se debruçaram sobre o fenômeno da motivação no ambiente do trabalho, apresentando teorias que buscam explicar os fatores ou as dinâmicas que induzem a motivação e o que apresenta efeito inverso. Nesse contexto, a Teoria X, apresentada por McGregor, centra-se em aspectos

(A) do grupo, sustentando que a motivação é um processo dinâmico e que pode ser induzido a partir do comportamento de um ou mais integrantes.

(B) ambientais, sustentando que uma combinação adequada de incentivos sociais, envolvendo o reconhecimento pelo grupo, é a mais eficiente para induzir a motivação.

NOÇÕES DE GESTÃO DE PESSOAS

1. FCC - 2024

Considere que o gestor de uma determinada organização necessite promover um processo de mudança organizacional e decida utilizar o conhecido modelo desenvolvido pelo psicólogo alemão Kurt Lewin, formado por três etapas. De acordo com tal modelo, na etapa de recongelamento caberá ao gestor:

- (A) ancorar a mudança a partir do patamar de estabilidade atingido quando finalizada a etapa precedente, buscando a padronização do novo normal.
- (B) realizar um diagnóstico dos fatores internos e externos favoráveis e desfavoráveis ao processo de mudança, o que se dá na etapa de descongelamento.
- (C) Dissolver grupos resistentes à mudança e formar novos núcleos que sejam indutores e disseminadores das novas ideias.
- (D) estabelecer os novos comportamentos, a partir da introdução de um novo “molde” do que se deseja em termos de mudança.
- (E) Desfazer as crenças e percepções arraigadas que impedem ou dificultam o processo de mudança.

2. FCC - 2022

Um dos principais teóricos do processo de mudança nas organizações, Kurt Lewin, preconiza que a mudança envolve três etapas, sendo a última delas denominada

- (A) escalonização, na qual as novas práticas desejadas são introduzidas, porém sem, necessariamente, substituir todas as anteriores.
- (B) descongelamento, onde se chega ao estágio em que as práticas arraigadas à organização são efetivamente eliminadas.
- (C) espiral do conhecimento, quando a mudança é disseminada por toda a organização, culminando com sua internalização.
- (D) escala gráfica, quando a mudança pode ser percebida e medida a partir de indicadores comportamentais.
- (E) recongelamento, onde as novas ideias e práticas são incorporadas definitivamente como comportamento padronizado, sendo a etapa de estabilização da mudança.

3. FCC - 2022

O processo de mudança em uma organização, de acordo com os conceitos preconizados por Kurt Lewin, apresenta três fases, sendo a última delas, denominada

- (A) descongelamento, quando velhas práticas são definitivamente descartadas, abrindo lugar para o novo na organização.
- (B) recongelamento, consistente no momento em que o novo comportamento torna-se padronizado e a mudança é ancorada.

(C) internalização, quando as mudanças propostas tornam-se práticas efetivas, não mais demandando esforço de manutenção.

(D) reformatação, quando os indivíduos apreendem os novos conceitos e passam a praticá-los de forma natural, sem demandar intervenções.

(E) condicionamento, em que práticas de repetição deverão ser aplicadas para consolidar a mudança pretendida.

4. FCC - 2022

O processo de mudança em uma organização é sustentado por estratégias e técnicas de intervenção no âmbito do desenvolvimento organizacional. Entre as técnicas de intervenção comumente apontadas pela literatura insere-se

- (A) o treinamento da sensibilidade, em que os *T-groups* são orientados por um líder treinado para aumentar a sensibilidade e as habilidades de relacionamento interpessoal dos integrantes.
- (B) o recongelamento, que é a fase inicial do processo de mudança, onde são identificados os comportamentos condicionados dos integrantes do grupo.
- (C) o Diagrama de Ishikawa, que mapeia as quatro dimensões do processo de mudança: interna, interpessoal, psicológica e do conhecimento.
- (D) o *Downsizing*, em que a alta liderança busca internalizar novas práticas a partir de uma abordagem “do topo para a base”.
- (E) a Curva ABC, que corresponde à realização de um mapeamento dos principais desafios no processo de mudança organizacional e proposição de uma estratégia sustentável de enfrentamento.

5. FCC - 2023

Entre os denominados *KPI - Key Performance Indicators*, que correspondem a referencial bastante utilizado no que concerne a indicadores de desempenho organizacionais, aquele denominado turnover presta-se a medir

- (A) a variação do fluxo de caixa, com o grau de retorno dos ativos aplicados no processo de produção de bens e serviços.
- (B) a rotatividade dos empregados, englobando tanto os desligamentos voluntários como as demissões.
- (C) a projeção de vendas ou produção e a necessidade de reposição dos estoques, obtido a partir de uma curva probabilística.
- (D) o momento esperado para o retorno do capital investido no empreendimento, como início da distribuição de resultados.
- (E) as competências disponíveis na organização vis-à-vis aquelas que seriam necessárias para o atingimento das metas estabelecidas.

6. FCC - 2022

Padrões, indicadores e medidas de desempenho são conceitos emprestados da literatura de avaliação e de planejamento, cuja aplicação ainda não está claramente diferenciada na área de ciência da informação. Nesse sentido, deve-se considerar que os padrões

- (A) não têm determinação espacial ou temporal.
- (B) são medidas de desempenho.
- (C) podem servir como guia tanto para a implantação de novas unidades de informação quanto para melhoria das existentes.
- (D) de outros países costumam ser adequados às unidades de informação brasileiras.
- (E) são sempre quantitativos.

7. FCC - 2024

O fenômeno da motivação no ambiente organizacional constitui objeto de estudo por diversos autores, com diferentes abordagens. Nesse sentido, a denominada "Teoria X", apresentada por McGregor, assume como premissa que:

- (A) a motivação individual é inversamente proporcional ao grau de pressão e controle exercido sobre o indivíduo no ambiente de trabalho.
- (B) somente indivíduos em posições mais elevadas na organização são suscetíveis a estímulos motivacionais, tanto na forma de reforço positivo como negativo.
- (C) existe uma hierarquia de necessidades que precisam ser atendidas para gerar motivação, sendo a mais básica aquela relativa ao sentido de pertencimento ao grupo.
- (D) todo ser humano possui habilidades inatas que precisam ser cultivadas no ambiente de trabalho, sendo a motivação algo natural.
- (E) o homem médio não gosta do trabalho e o evita, buscando apenas segurança, razão pela qual precisa ser dirigido e controlado.

8. FCC - 2023

A Teoria da Expectativa (ou Expectância) desenvolvida por Victor Vroom, como contribuição aos estudos do fenômeno da motivação predica que

- (A) a motivação para o trabalho é uma característica intrínseca do ser humano, que não necessita ser induzida por recompensas.
- (B) existe uma hierarquia de necessidades a serem atendidas para gerar a motivação, sendo as ligadas à subsistência as mais relevantes.
- (C) o homem médio não é motivado para o trabalho, sendo necessário criar um sistema de sanções para obter os resultados pretendidos.
- (D) o ser humano é motivado apenas por expectativa de reconhecimento e pertencimento, sendo as recompensas materiais neutras do ponto de vista da motivação.
- (E) o comportamento humano é orientado para resultados, sendo a valência a medida de atração que o resultado, ou recompensa, exerce sobre o indivíduo.

9. FCC - 2023

No início da década de 1940, Abraham Maslow desenvolveu sua teoria sobre a hierarquia das necessidades, a partir da qual é possível inferir o que motiva cada pessoa. Segundo Maslow, o princípio básico da motivação consiste no fato de que o ser humano é

- (A) dotado de diversas expectativas e necessidades, não sendo plausível propor uma hierarquia entre elas, mas apenas constatar que não existe motivação quando o indivíduo possui necessidades básicas não satisfeitas.
- (B) avesso ao trabalho e ao esforço físico e intelectual, naturalmente, necessitando ser induzido a realizar essas atividades a partir de um sistema consistente de recompensas e de punições.
- (C) orientado apenas para busca de recompensas materiais, de forma que o grau de motivação obtido constitui resultado diretamente proporcional ao salário e benefícios que lhe são oferecidos.
- (D) orientado, intrinsecamente, para busca de reconhecimento, pertencimento e afiliação ao grupo, possuindo esses fatores um peso relativo maior na motivação do que as recompensas financeiras.
- (E) motivado por necessidades não satisfeitas, e que certas necessidades básicas, precisam ser satisfeitas antes que outras: as de segurança, de associação, de status e de autorrealização.

10. FCC - 2023

Ao definir as políticas administrativas e empresariais de recursos humanos, seus elaboradores podem levar em consideração dois modelos de motivação: (1) Hierarquia de necessidades de Maslow e (2) Teoria dos dois fatores de Herzberg. Tais políticas administrativas e empresariais, na comparação entre os modelos, estão estabelecidas diretamente com (1) as necessidades

- (A) do ego e (2) os fatores psicológicos.
- (B) fisiológicas e (2) os fatores de recompensas.
- (C) sociais e (2) os fatores motivacionais.
- (D) de segurança e (2) os fatores higiênicos.
- (E) de autorrealização e (2) os fatores de autoestima.

11. FCC - 2023

De acordo com a abordagem predicada por Abraham Maslow a respeito da motivação, conforme sua Teoria da Hierarquia das Necessidades Humanas,

- (A) as necessidades mais básicas são as fisiológicas, ligadas à sobrevivência, e somente a partir da satisfação destas (base da pirâmide) o indivíduo se sentirá estimulado a buscar a satisfação de uma necessidade mais elevada.
- (B) cada indivíduo possui uma ordem de prioridades diferente em relação às necessidades a serem atendidas, sendo que, via de regra, os mais instruídos priorizam aquelas ligadas à autorrealização.
- (C) haveria basicamente dois fatores que induzem a motivação: os denominados higiênicos, ligados às necessidades básicas e de caráter geral; e as intrínsecos, de caráter individual, ligados à necessidade de estima, integração e reconhecimento.

NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO

1. FCC - 2022

O tema relativo às fontes no Direito do Trabalho possui um enfoque especial por comportar um relevante elemento diferenciador desse segmento jurídico especializado perante os demais ramos existentes. Nesta seara, a Doutrina considera fontes formais autônomas

- (A) a Constituição Federal, as leis federais e as medidas provisórias.
- (B) os tratados e convenções internacionais após ratificação e adesão internas e os regulamentos normativos.
- (C) as convenções coletivas de trabalho, os acordos coletivos de trabalhos e o contrato coletivo de trabalho.
- (D) as portarias, as instruções normativas e as circulares do Ministério do Trabalho.
- (E) os usos e costumes, o laudo arbitral no contexto do Direito Coletivo do Trabalho e a sentença normativa.

2. FCC - 2023

Considerando que o Direito do Trabalho é um ramo jurídico autônomo, evidente que possui princípios próprios diferentes dos que inspiram os outros ramos da ciência Jurídica. Nesse contexto, sobre os princípios do Direito do Trabalho,

- (A) o princípio protetor abrange três facetas distintas: boa fé objetiva, primazia da realidade e irrenunciabilidade, todas integrando o conceito amplo de proteção ao trabalhador e não sendo aplicáveis ao empregador.
- (B) o princípio da irrenunciabilidade decorre do pacta sunt servanda e visa dar segurança jurídica contratual, impedindo renúncia de direitos e de garantias decorrentes do contrato de trabalho por qualquer das partes.
- (C) a regra da norma mais favorável, decorrente do princípio protetor, tem aplicação ampla e geral no âmbito do Direito do Trabalho, não havendo exceções admitidas em relação à mesma.
- (D) o princípio da primazia da realidade deve ser aplicado a ambas as partes do contrato de trabalho, e não apenas aos trabalhadores.
- (E) o princípio da continuidade da relação de emprego impõe que se busque a conservação da fonte de trabalho, visando a manutenção do sustento do trabalhador e da sua família, sendo fundamento para a vedação das rescisões imotivadas do contrato de trabalho.

3. FCC - 2023

Considere:

I. Gioconda é atendente de mercado e presta serviços de forma alternada, intercalada, apresentando períodos de atividade e de inatividade.

II. Nelson é conferente de carga e presta serviços esporádicos, de curta duração e a diversos tomadores, sem se fixar a qualquer um deles, sendo que sua contratação somente ocorre por meio de uma entidade específica, como um sindicato.

III. Néia é contadora e desenvolve seu trabalho por conta própria, com independência, não se subordinando às ordens e ao controle do tomador de serviços.

Diante do exposto, Gioconda, Nelson e Néia podem ser enquadrados, respectivamente, na qualidade de:

- (A) intermitente, avulso e autônoma.
- (B) avulsa, intermitente e autônoma.
- (C) autônoma, eventual e intermitente.
- (D) eventual, avulso e intermitente.
- (E) intermitente, eventual e avulsa.

4. FCC - 2022

O contrato de trabalho intermitente, conforme previsão da Consolidação das Leis do Trabalho, pode ser considerado um contrato atípico, por ausência de

- (A) subordinação.
- (B) remuneração mensal.
- (C) continuidade.
- (D) onerosidade.
- (E) previsibilidade.

5. FCC - 2023

A empresa Festaria Eventos Ltda. celebrou, por escrito, contratos de trabalho intermitente com 10 empregados. Uma vez celebrados os contratos

- (A) os empregados têm direito ao valor da hora de trabalho não inferior ao valor horário do salário mínimo ou aquele recebido pelos demais empregados que exerçam a mesma função em contrato intermitente ou não.
- (B) havendo serviço a ser prestado, o empregador, por qualquer meio de comunicação eficaz, convocará o empregado para essa prestação, com pelo menos 5 dias de antecedência, devendo ainda informar qual será a jornada de trabalho que será cumprida.
- (C) a não resposta do empregado à convocação no prazo de até 2 dias úteis, permanecendo em silêncio, tem efeito de recusa da oferta o que, no entanto, não descaracteriza a subordinação para fins contratuais
- (D) o empregador deverá pagar mensalmente aos 10 empregados férias proporcionais com acréscimo de um terço e décimo terceiro proporcional.
- (E) aceita a oferta para comparecimento ao trabalho, a parte que descumprir a obrigação assumida, sem justo motivo, pagará à outra, de imediato, multa de 50% da remuneração que seria devida.

6. FCC - 2022

Luna foi contratada como empregada pela empresa Festa Festou Eventos Ltda., para prestação de serviços não contínuos, definida em períodos de dias com trabalho e períodos de inatividade.

Considerando as peculiaridades dessa modalidade de contratação,

(A) os períodos de inatividade, nos quais não há trabalho a ser executado, não são considerados tempo à disposição da empregadora, podendo Luna prestar serviços a outros contratantes.

(B) durante os períodos de inatividade, embora não haja trabalho a ser executado, Luna pode ser chamada a qualquer momento para o trabalho pela empregadora, razão pela qual tem direito ao recebimento, para esses períodos, de parcela indenizatória equivalente a 20% da remuneração pactuada.

(C) a empregadora pode convocar Luna para o trabalho, por qualquer meio de comunicação eficaz, informando qual será a jornada de trabalho, com pelo menos quarenta e oito horas de antecedência.

(D) sendo convocada para a prestação de serviços, Luna não pode recusar, sob pena de restar descaracterizada a subordinação típica da relação de emprego.

(E) Luna somente terá direito a férias se, no período de doze meses, prestar serviços por, pelo menos, oito meses ao empregador, contínuos ou não.

7. FCC - 2022

Iris é doadora regular de sangue e no último ano de contrato praticou a ação de doar sangue em três oportunidades, deu à luz um filho, bem como contraiu matrimônio. Considerando o que dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho, Iris pôde se ausentar do trabalho no último ano sem prejuízo do seu salário por

- (A) 11 dias.
- (B) 9 dias.
- (C) 13 dias.
- (D) 8 dias.
- (E) 7 dias.

8. FCC - 2022

A Fábrica de Colchões Cochilo dos Sonhos aplicou uma suspensão no seu Gerente de Vendas Zeus, por 60 dias, em virtude de fatos graves ocorridos no ambiente da empresa. Nessa hipótese, com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho,

- (A) considera-se rescindido sem justa causa o contrato de trabalho de Zeus, após o 60º dia consecutivo de suspensão.
- (B) tem-se a rescisão sem justa causa do contrato de trabalho de Zeus, após o 30º dia consecutivo de suspensão.
- (C) opera-se a injusta dispensa de Zeus desde a aplicação da suspensão, por superar o prazo legal de 30 dias.
- (D) a partir do 160 dia consecutivo de suspensão, considera-se a rescisão sem justa causa do contrato de trabalho de Zeus.
- (E) a suspensão do empregado pelo prazo mínimo de 45 dias consecutivos importa na rescisão injusta do contrato de trabalho.

9. FCC - 2024

Ptolomeu foi transferido, pelo seu empregador, o Laticínio Queijo Bom, por real necessidade de serviço, visando dar treinamento aos novos empregados, para uma unidade produtiva distante 250 km, o que implicou na mudança de seu domicílio.

Sabendo-se que o salário de Ptolomeu é de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), o empregado, de acordo com a legislação vigente, faz jus à adicional de transferência, que não poderá ser inferior a

- (A) R\$ 1.000,00, enquanto durar a transferência.
- (B) R\$ 1.000,00, pelo prazo máximo de um ano, independente do tempo que durar a transferência.
- (C) R\$ 800,00, pelo prazo máximo de um ano, independente do tempo que durar a transferência.
- (D) R\$ 1.200,00, pelo período que durar a transferência.
- (E) R\$ 1.000,00, pelo prazo máximo de dezoito meses, independente do tempo que durar a transferência.

10. FCC - 2022

Afrodite é empregada da empresa Céu de Atenas S/A e ocupa cargo de confiança na referida empresa há 12 anos, recebendo gratificação de função. Por deliberação do Conselho da empresa, sem justo motivo, Afrodite retornará ao seu cargo efetivo a partir do próximo mês. Conforme o que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho,

Afrodite

- (A) deverá permanecer recebendo a gratificação de função, eis que ultrapassado o prazo mínimo de 5 anos de recebimento, incorporando-se ao seu patrimônio jurídico.
- (B) deverá permanecer recebendo a gratificação de função, eis que ultrapassado o prazo mínimo de 10 anos de recebimento, incorporando-se ao seu patrimônio jurídico.
- (C) deverá permanecer recebendo a gratificação de função, eis que após 2 anos de recebimento, apenas por justo motivo o empregado nessas condições perde o direito à gratificação de função.
- (D) perderá o direito à gratificação de função, eis que essa reversão, com ou sem justo motivo, não assegura ao empregado o direito à manutenção do pagamento da gratificação correspondente.
- (E) continuará percebendo 50% da gratificação de função, eis que essa reversão, sem justo motivo, decorrido o mínimo de 10 anos, assegura ao empregado o direito à manutenção do pagamento de 50% da gratificação correspondente.

11. FCC - 2022

Erivelton é movimentador de carga avulso e, nessa condição, seu trabalho é realizado mediante intermediação obrigatória do sindicato da categoria, sob regência de legislação específica que estabelece deveres do sindicato, entre os quais

- (A) recolher os valores devidos ao FGTS, acrescido dos percentuais relativos ao 13º salário, férias, encargos fiscais, sociais e previdenciários, observando o prazo legal.
- (B) repassar aos respectivos beneficiários, no prazo máximo de 72 horas úteis, contadas a partir do seu arrecadamento, os valores devidos e pagos pelos tomadores do serviço, relativos à remuneração do trabalhador avulso.
- (C) fornecer equipamentos de proteção individual aos trabalhadores avulsos e zelar pelo cumprimento das normas de segurança no trabalho.
- (D) distribuir as equipes e funções de acordo com o solicitado pelo tomador dos serviços que, em razão de fazer o gerenciamento do trabalho, é quem tem condições de melhor verificar qual dos trabalhadores tem mais aptidão para cada tarefa.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1. FCC - 2022

Cassius começou a trabalhar para a empresa Fina Estampa Confecções Ltda. em julho de 2018, aos 16 anos de idade. Foi dispensado sem justa causa em abril de 2020, faltando um mês para completar 18 anos, sendo que a empregadora não pagou, por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, o aviso prévio e as férias não gozadas do primeiro período aquisitivo. Em junho de 2022, Cassius ajuizou reclamação trabalhista pleiteando as verbas rescisórias que a empregadora deixou de lhe pagar.

Considerando essa situação,

(A) quando do ajuizamento da ação, a prescrição já havia alcançado todos os direitos de Cassius.

(B) quando do ajuizamento da ação, a prescrição já havia alcançado o direito ao aviso prévio, mas não o direito ao período de férias não-gozadas.

(C) o prazo prescricional de dois anos para o ajuizamento da ação começou a fluir em maio de 2020, quando Cassius completou 18 anos.

(D) o prazo prescricional vencerá em abril de 2025.

(E) os direitos são imprescritíveis, tendo em vista que o contrato de trabalho foi rescindido quando Cassius ainda era menor de idade.

2. FCC - 2021

Nos termos da Lei nº 13.467/2017, a pretensão quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho. O ajuizamento de reclamação trabalhista interromperá a prescrição

(A) desde que em juízo competente, podendo ser extinta com ou sem resolução de mérito, produzindo efeitos em relação a todos os pedidos, idênticos ou não.

(B) desde que em juízo competente, devendo ser extinta com resolução de mérito, produzindo efeitos apenas em relação aos pedidos idênticos.

(C) mesmo que em juízo incompetente, ainda que venha a ser extinta sem resolução do mérito, produzindo efeitos apenas em relação aos pedidos idênticos.

(D) mesmo que em juízo incompetente, devendo ser extinta com resolução do mérito, produzindo efeitos em relação a todos os pedidos, idênticos ou não.

(E) desde que em juízo competente, podendo ser extinta com ou sem resolução de mérito, produzindo efeitos apenas em relação aos pedidos idênticos.

3. FCC - 2020

Quanto à aplicabilidade do Código de Processo Civil e da Lei de Execuções Fiscais ao Processo do Trabalho,

(A) havendo dúvidas de interpretação, o direito processual comum será fonte concorrente ao direito processual do trabalho, em todas as suas fases.

(B) a Consolidação das Leis do Trabalho não apresenta dispositivos tratando do tema, ficando a critério do julgador a exegese cabível aplicada ao caso concreto.

(C) nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo que for incompatível com as normas previstas no denominado Processo Judiciário do Trabalho.

(D) na fase de execução do Processo do Trabalho não serão aplicados os preceitos que regem os executivos fiscais para cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública Federal.

(E) a Lei de Execuções Fiscais será aplicada de forma concorrente e preferencial aos trâmites e incidentes na fase de execução do Processo do Trabalho, de forma que prevalecerão tais normas ainda que contrariem as regras previstas na Consolidação das Leis do Trabalho.

4. FCC - 2023

O Tribunal Superior do Trabalho, com sede na Capital da República e jurisdição sobre todo o território nacional, é a instância suprema da Justiça do Trabalho. Em relação à sua composição e ao seu funcionamento, a Constituição Federal prevê que:

(A) dentre os 27 Ministros que o compõem, excluídos os oriundos da advocacia e do Ministério Público do Trabalho, os demais são escolhidos dentre juizes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura de carreira, indicados pelos Presidentes dos respectivos Tribunais Regionais.

(B) funcionando junto a ele, ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho e ao Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho cabe o exercício conjunto da supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho.

(C) funcionarão junto a ele a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho e o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho.

(D) o mesmo compõe-se de 27 Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de 35 e menos de 70 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.

(E) dentre os 27 Ministros que o compõem, um quinto é de advogados com mais de 15 anos de efetiva atividade profissional um quinto é de membros do Ministério público do Trabalho com mais de 15 anos de efetivo exercício.

5. FCC - 2022

A Dra. Raquel é Juíza do Trabalho substituta no TRT, sendo que para seu ingresso na carreira, ela submeteu-se a concurso público de provas e títulos, sendo exigido que tivesse diploma de bacharel em direito e, no mínimo, 1 anos de atividade jurídica. Sua promoção para Juíza se fará alternadamente por antiguidade

e merecimento, sendo que ela terá direito à promoção obrigatória se figurar por **II** vezes consecutivas ou **III** alternadas em lista de merecimento.

Conforme previsão na Constituição Federal de 1988, as lacunas **I**, **II** e **III** devem ser preenchidas, **correta** e respectivamente, por

- (A) dois – três – cinco
- (B) cinco – três – dois
- (C) dois – cinco – três
- (D) três – três – cinco
- (E) três – dois – dois

6. FCC - 2023

Considerando as regras sobre a competência do Tribunal Superior do Trabalho previstas no Regimento Interno da Corte, competência

- (A) da Seção Especializada em Dissídios Coletivos julgar, em última instância, os conflitos de competência entre Tribunais Regionais do Trabalho em processos de dissídio coletivo.
- (B) do Órgão Especial, em matéria judiciária, julgar os incidentes de assunção de competência e os incidentes de recursos repetitivos, afetados ao órgão.
- (C) do Tribunal Pleno julgar os recursos interpostos contra decisão em matéria de concurso para a Magistratura do Trabalho.
- (D) da Subseção da Seção Especializada em Dissídios Individuais julgar os agravos internos interpostos contra decisão monocrática exarada em processos de sua competência ou decorrentes do juízo de admissibilidade da Presidência de Turmas do Tribunal.
- (E) da Subseção II da Seção Especializada em Dissídios Individuais julgar, em última instância, os conflitos de competência entre Tribunais Regionais e os que envolvam Desembargadores dos Tribunais de Justiça, quando investidos da jurisdição trabalhista, e Juízes do Trabalho em processos de dissídios individuais.

7. FCC - 2022

Direito Processual do Trabalho - Jurisdição e Competência da Justiça do Trabalho (114/CF; 674 a 680 e 803 a 812/CLT; 16 a 69/NCPC)

Suponha que Mercúrio, residente e domiciliado em Santos, fez processo seletivo na cidade de Bauru e foi contratado no município de Campinas, para trabalhar como oficial de manutenção predial, em contrato regido pela CLT, pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Durante todo o contrato de trabalho prestou serviços no campus da Universidade localizado no município de São Paulo. No contrato de trabalho as partes elegeram Campinas como foro de eleição. Por ocasião da rescisão contratual deixou de receber as verbas rescisórias cabíveis e pretende ajuizar reclamatória trabalhista. No caso, nos termos da regra geral prevista em lei, A ação deve ser proposta pelo trabalhador em Vara do Trabalho da cidade de

- (A) Campinas, porque é o local da sua contratação e sede da reclamada.
- (B) Santos que é o foro do seu domicílio e alternativamente em Campinas porque é a sede da empresa.
- (C) São Paulo, por se tratar do local da prestação dos serviços.

(D) Bauru, porque foi onde fez o processo seletivo, ou Santos, porque é seu domicílio.

(E) Campinas, porque é o foro de eleição previsto pelas partes em contrato de trabalho.

8. FCC - 2024

Direito Processual do Trabalho - Atos, Termos e Prazos Processuais (arts. 770 a 782 da CLT)

Ana leve julgada procedente em parte sua reclamação trabalhista, com disponibilização da sentença pelo Diário de Justiça eletrônico em 16/12, uma segunda-feira, sendo que tem interesse em interpor recurso ordinário no prazo de oito dias. Assim, tendo em vista o recesso forense que tem início em 20/12 e o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e considerando que as datas recaíam em dia útil, o restante do prazo de Ana terá seu reinício em:

- (A) 22/01.
- (B) 21/01.
- (C) 20/01.
- (D) 07/01.
- (E) 06/01.

9. FCC - 2023

Direito Processual do Trabalho - Atos, Termos e Prazos Processuais (arts. 770 a 782 da CLT)

Considere as assertivas abaixo a respeito da prática de atos processuais e seus prazos na Justiça do Trabalho:

- I.** Os atos processuais serão públicos salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 às 20 horas.
- II.** Apenas mediante autorização expressa do magistrado poderá ser efetivada penhora de bens aos domingos, sendo vedada, ainda que com essa autorização, nos feriados.
- III.** Entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive, os prazos processuais na Justiça do Trabalho ficam interrompidos.
- IV.** O período que se inicia em 21 de dezembro e termina em 19 de janeiro é de suspensão dos prazos na Justiça do Trabalho, não podendo ser realizadas audiências e sessões de julgamento.
- V.** Os prazos processuais podem ser prorrogados pelo tempo estritamente necessário nas hipóteses de força maior devidamente comprovada.

Conforme a Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que se afirma **APENAS** em

- (A) **III** e **IV**.
- (B) **I** e **V**.
- (C) **II** e **IV**.
- (D) **I** e **II**.
- (E) **III** e **V**.

10. FCC - 2022

Conforme previsão da Consolidação das Leis do Trabalho, no período compreendido entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, é possível aos oficiais de justiça da Justiça do Trabalho cumprirem mandados

- (A) durante todo este período, mas o prazo para pagamento para a executada só começa a fluir a partir de 07 de janeiro, quando cessa o recesso da Justiça do Trabalho.
- (B) durante todo este período, eis que no mesmo apenas os prazos processuais encontram-se interrompidos.